

A expressão da evidencialidade no contexto de gêneros textuais

The expression of evidentiality in the context of textual genres

Izabel Larissa LUCENA-SILVA (UNILAB)
izabel_larissa@unilab.edu.br
Márcia Teixeira NOGUEIRA (UFC)
marciatn@gmail.com

LUCENA-SILVA, Izabel Larissa; NOGUEIRA, Márcia Teixeira. A expressão da evidencialidade no contexto de gêneros textuais. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 130-147, jan./jun. 2017.

Resumo: O presente estudo investiga, sob a perspectiva funcionalista, a manifestação da evidencialidade no contexto de gêneros textuais. Com suporte teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), analisamos a correlação entre a expressão da evidencialidade e os condicionamentos cognitivos e discursivos originados nos agrupamentos dos gêneros da ordem do narrar (GON), do relatar (GOR), do argumentar (GOA), do expor (GOE) e do prescrever (GOP). Para isso, utilizamos o COMTELPO (2006) - Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa, de onde selecionamos 400 páginas escritas no século XX em Portugal e no Brasil. Com o auxílio do programa computacional SPSS, observamos que as estratégias evidenciais exercem funções ligadas às motivações pragmáticas inerentes aos agrupamentos de gêneros.

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional. Evidencialidade. Gêneros

textuais.

Abstract: The present study investigates, under the functionalist perspective, the manifestation of evidentiality in the context of textual genres. By Functional Discourse Grammar as theoretical-methodological support (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), we analyzed the correlation between the expression of evidentiality and discursive and cognitive conditioning originated from the Narrative genres (NGs), Report genres (RGs), Argumentative genres (AGs), Expository genres (EGs) and Prescription Genres (PGs). For this, we used the Minimum Corpus of Written Texts in Portuguese (2006), in which we selected 400 pages written in the twentieth century in Portugal and Brazil. With the aid of SPSS computer program, we observed that the evidential strategies perform functions related to pragmatic motivations inherent to groupings of genres.

Keywords: Functional Discourse Grammar. Evidentiality. Textual genres.

Introdução

A evidencialidade é definida como uma categoria linguística indicadora da fonte da informação ou do modo de obtenção da informação, relevando, também, graus de comprometimento do Falante com a verdade da proposição, em razão da qualidade da fonte expressa.

Considerando o pressuposto de que as escolhas realizadas no plano linguístico são condicionadas por fatores de natureza contextual (como o gênero textual), o presente trabalho tem por objetivo investigar, sob a perspectiva funcionalista (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a manifestação da evidencialidade no contexto de gêneros textuais (da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do prescrever ou instruir). Esse tratamento da evidencialidade em diferentes contextos de gêneros textuais nos permite “capturar” as funções da evidencialidade tendo em vista sua dimensão textual-discursiva.

A Gramática-Discursivo Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é um modelo de gramática que procura compreender como as intenções comunicativas e as conceitualizações cognitivas interferem na codificação da expressão linguística. Nesse modelo top-down de investigação gramatical, duas operações têm de ser distintas: a operação de Formulação e a de Codificação. Tais operações interagem entre si e com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída. A operação de Formulação está relacionada às configurações semânticas e pragmáticas relevantes nas línguas, e a operação de Codificação relaciona-se à forma morfossintática e fonológica que as configurações semânticas e pragmáticas têm nas línguas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12).

O Componente Conceitual representa o conhecimento prévio do

Falante, tal como sua competência comunicativa, seu conhecimento de mundo e sua competência linguística. O Componente Contextual diz respeito não apenas às informações deriváveis do discurso precedente, mas também às informações socioculturais relevantes do contexto de interação verbal que afetam a expressão linguística. O Componente de Saída é responsável por converter a informação fonológica em sinais acústicos, gráficos ou visuais.

No Componente Gramatical, distinguem-se os níveis Interpessoal (Pragmático), Representacional (Semântico), Morfossintático e Fonológico, nesta ordem hierárquica. Ao organizar a gramática dessa forma, a GDF postula que a Pragmática governa a Semântica; a Pragmática e a Semântica governam a Morfossintaxe; e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe governam a Fonologia.

O Nível Interpessoal representa uma expressão linguística em termos de sua função comunicativa. A unidade de análise hierarquicamente mais alta no Nível Interpessoal é o Move (M), que é definido como a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical. Hengeveld e Mackenzie (2008) explicam que um Move pode ser composto por um ou mais Atos Discursivos, os quais são definidos como a menor unidade identificável de conduta comunicativa. Cada Ato Discursivo contém uma Ilocução (F), que especifica uma relação entre o ato de fala dos Participantes (P1 – Falante; P2 – Ouvinte)¹ e o Conteúdo Comunicado (C), que diz respeito à totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Ouvinte. Cada Conteúdo Comunicado pode apresentar um ou mais Subatos, os quais podem ser de dois tipos: Subatos Atributivos (T) e Subatos Referenciais (R).

O Nível Representacional está relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas. As unidades de análise do Nível Representacional são descritas em relação ao tipo de categoria semântica ontológica que elas designam. Aos três tipos de categorias estabelecidas por Lyons (1977), Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 131) acrescentam uma categoria de ordem mais baixa, a Propriedade (p), propondo quatro categorias semânticas básicas: Indivíduo (x) – entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência; Estado-de-Coisas (e) – entidade de segunda ordem, que pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termos de sua realidade; Conteúdo Proposicional (p) – entidade de

¹ Falante e Ouvinte designam, metaforicamente, os participantes de uma interação oral ou escrita (DIK, 1997).

terceira ordem, que constitui um construto mental, não podendo ser localizada nem no espaço nem no tempo, mas avaliada em termos de seu valor verdade; Propriedade (f) – entidade que não tem existência independente e pode ser caracterizada em termos de sua aplicabilidade.

O Nível Morfossintático está relacionado à operação de Codificação. Por meio dessa operação, esse nível é responsável por receber informações pragmáticas e semânticas relevantes, disponíveis respectivamente, nos níveis Interpessoal e Representacional, e organizá-las em uma única representação estrutural, que será, em seguida, convertida em uma estrutura fonológica no Nível Fonológico. Nesse nível, a descrição linguística é feita com base nas seguintes unidades hierarquicamente ordenadas: Expressão Linguística (Le)², Oração (Cl), Sintagma (Xp) e Palavra (Xw). Ainda podemos distinguir, dentro de cada Palavra, Morfemas (Xs) e Afixos (Aff).

O domínio funcional da evidencialidade: aspectos conceituais

Neste trabalho, assumimos que a evidencialidade é um domínio conceptual-funcional, que pode manifestar-se nas línguas naturais por meio de itens lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização. Do ponto de vista de sua funcionalidade, a evidencialidade indica a fonte da informação, manifestando o modo como essa informação foi adquirida.

Além disso, ressaltamos que a evidencialidade apresenta um caráter “perlocutório”. Nuyts (2001) esclarece que o Falante, ao utilizar uma expressão evidencial, assim o faz porque deseja realizar certo “ato comunicativo”. Considerando isso, assumimos que a evidencialidade constitui, também, uma instância pragmática reveladora de efeitos de envolvimento/distanciamento do Falante com o conteúdo descrito na proposição.

Uma proposta pioneira sobre a evidencialidade gramatical foi a pesquisa desenvolvida por Willet (1988) em 38 línguas ameríndias. Nesse trabalho, Willet concluiu que as línguas estudadas tendem a diferenciar evidencialidade direta e evidencialidade indireta, isto é, a natureza primária ou secundária da fonte do conhecimento. Tendo como base essa distinção, Willet propõe a seguinte classificação para as formas evidenciais: (i) evidência direta ou atestada: o Falante apresenta-

² Uma Expressão Linguística (Le) é definida como qualquer conjunto de, pelo menos, uma unidade morfossintática, podendo ser composta por Orações, Sintagmas e Palavras.

se como fonte da informação e afirma ter derivado o conhecimento expresso na proposição por meio visual, auditivo ou de outro sentido; (ii) evidência indireta: o Falante demonstra que obteve a informação expressa em seu enunciado por meio de suas relações interpessoais com outras pessoas (evidência relatada) ou de um cálculo mental realizado a partir de dados observáveis ou de raciocínio lógico dedutivo (evidência inferencial).

A evidencialidade indireta relatada pode, ainda, ser subdividida em: de segunda mão, quando o Falante afirma ter tido acesso à informação por meio de alguém que foi testemunha direta da situação descrita; de terceira mão, quando o Falante afirma ter ouvido a informação de uma testemunha não direta (boato); de mito, quando a informação corresponde a uma história da tradição oral consagrada. A evidencialidade inferida é, por sua vez, subdividida em: inferência de resultado, quando o Falante infere a informação por meio de evidências disponíveis no contexto; inferência de raciocínio, quando o Falante infere a informação com base em seu conhecimento de mundo.

Em pesquisa interlinguística mais recente, Alexandra Aikhenvald (2004) demonstra, tal como Willet, que as línguas tendem a distinguir, pelos menos, dois subtipos de significados evidenciais gramaticalizados: evidência direta e evidência indireta (relatada e inferida). Além disso, essa autora, ao “rastrear” as características universais da evidencialidade, mostra que sua manifestação depende de preferências pragmáticas ligadas aos diferentes gêneros textuais (AIKHENVALD, 2004).

A GDF distingue o domínio conceptual-funcional da evidencialidade em dois subsistemas: o sistema reportativo e o sistema evidencial “propriamente dito”. O primeiro subsistema atua no Nível Interpessoal, e o segundo, no Nível Representacional.

No Nível Interpessoal, da formulação pragmática, a evidencialidade serve para indicar que o Falante está retransmitindo um Conteúdo Comunicado expresso por outro Falante dentro de seu próprio Ato Discursivo³.

No Nível Representacional, da formulação semântica, a evidencialidade ocorre nas camadas da Proposição e do Estado-de-Coisas. Na camada da Proposição, a evidencialidade diz respeito ao

³ Esse uso reportativo da evidencialidade é ilustrado pelos autores com o seguinte exemplo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103): “(...) ‘I’m not leaving yet,’ Bill said. ‘But we’ll be late,’ Mary said. ‘That’s not so important,’ Bill said (...)” / “(...) ‘Eu não vou embora agora,’ disse Bill. ‘Mas já está tarde,’ disse Mary. ‘Isso não é tão importante’, disse Bill (...)” (tradução nossa).

modo como o Falante chegou ao conhecimento contido no Conteúdo Proposicional. Dois subsistemas evidenciais são relevantes na camada da Proposição: o sistema Inferencial e o sistema Genericidade.

No sistema Inferencial, a marca evidencial especifica que o Falante obteve a informação contida no Conteúdo Proposicional por meio de uma inferência: (i) baseada em uma evidência sensorial (visual ou não visual), (ii) baseada em uma inferência derivada de conhecimento existente, ou (iii) baseada em conhecimento geral acumulado na comunidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155)⁴.

O sistema Genericidade, por seu turno, é responsável por caracterizar um Conteúdo Proposicional como parte de um corpo de conhecimento amplamente compartilhado em uma comunidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 156), essa subcategoria evidencial é expressa, em muitas línguas, por meio de tipos especiais de construção em vez de marcas morfológicas específicas⁵.

Na camada do Estado-de-Coisas, a evidencialidade corresponde a uma Percepção de Evento. Nesse caso, o Falante indica ter tido acesso ao Estado-de-Coisas descrito na situação de modo direto, por meio visual ou não visual⁶.

Procedimentos metodológicos

Para a constituição de uma amostra do português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais, utilizamos documentos pertencentes ao Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa – COMTELPO (2006), organizado por Figueiredo-Gomes e Pena-Ferreira. Esse banco de dados compila um total de 687 textos em 4.216 páginas, pertencentes ao português de Portugal (do século XII ao século XX) e ao português do Brasil (dos séculos XIX e XX). Além disso, é constituído por amostras textuais em suas variadas formas, denominadas gêneros, no sentido de textos empíricos (concretos), distribuídos segundo a proposta de

⁴ Os autores apresentam uma marca geral (č'a) para inferência ou conjectura encontrada na língua Sliammon (WATANABE 2003, p. 517 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155):

č'a= qəy' šə=ləx. na-t-əm=k'wa.
INFER= die det=bad say-tr.cntrl-pass=rep "That no good one must have died",
"they said."/ "Que ninguém bom deva ter morrido", "eles disseram." (tradução nossa).

⁵ Para esse tipo de marcador evidencial, os autores não apresentam exemplos.

⁶ Para ilustrar esse uso, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 177) utilizam o seguinte exemplo: Sheila saw Peter leave / Sheila viu Peter sair (tradução nossa).

Dolz; Schneuwly (1994), que sugerem cinco agrupamentos de gêneros textuais: gêneros da ordem do narrar, do relatar, do argumentar, do expor e do instruir ou prescrever.

Considerando a hipótese de que as escolhas realizadas no plano linguístico refletem fatores de natureza cognitivo-contextual, selecionamos, de cada agrupamento de gêneros pertencentes tanto ao português europeu como ao português brasileiro do século XX do COMTELPO, 20 páginas, totalizando 163 textos⁷, que, juntos, computam o número de 400 páginas escritas no século XX em Portugal e no Brasil.

Tendo em vista os postulados da Gramática Discursivo-Funcional para o estudo da evidencialidade, propomos as seguintes categorias de análise:

(I) Agrupamento de gênero textuais: (a) GON; (b) GOR; (c) GOA; (d) GOE; (e) GOP/I.

(II) Tipo de evidencialidade: (a) Reportativa; (b) Inferencial; (c) Genericidade; (d) Percepção de Evento.

(III) Tipo de fonte: (a) Falante; (b) outro definido; (c) outro indefinido; (d) genérico.

(IV) Contexto morfossintático: (a) expressão linguística; (b) oração; (c) sintagma; (d) palavra.

(V) Ordenação da marca evidencial: (a) posição inicial; (b) posição medial; (c) posição final.

Tais categorias de análise operam a integração dos parâmetros morfossintáticos, semântico-pragmáticos e contextuais necessários para a sistematização dos sentidos evidenciais como estratégias textual-discursivas que colaboram na construção da veiculação das informações nos cinco agrupamentos de gêneros textuais. Vale, ainda, informar a utilização do programa SPSS, para a análise da frequência dos dados e do nível de significância dos traços linguísticos ou contextuais que condicionam a manifestação da evidencialidade.

Análise dos resultados

Considerando a totalidade do corpus, verificamos que a evidencialidade Reportativa constitui o tipo evidencial mais frequente

⁷ Esse número corresponde a 46 gêneros textuais, distribuídos entre os cinco agrupamentos de gêneros. Procuramos, ainda, equiparar a quantidade de textos e gêneros em cada agrupamento.

(com 64,1%). A segunda estratégia evidencial mais recorrente é a Inferida (com 24,0%). As marcas de Percepção de Evento e Genericidade representam, respectivamente, com 7,5% e 4,4%, as estratégias evidenciais menos frequentes na totalidade dos agrupamentos de gêneros textuais.

Embora a frequência revele, de um modo geral, a preferência por certas marcas evidenciais (Reportativas e Inferidas), uma análise mais detalhada dos resultados demonstra que a frequência dos tipos de evidencialidade varia conforme o agrupamento de gêneros textuais, revelando que a manifestação da evidencialidade parece estar relacionada a condicionamentos ligados ao contexto de produção linguística⁸, tal como podemos constatar na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Tipo de evidencialidade em função dos agrupamentos de gêneros textuais

TIPO DE EVIDENCIALIDADE		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS					TOTAL
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP	
REPORTATIVA	Ocor.	59	126	79	105	39	408
	%	14,5%	30,9%	19,4%	25,7%	9,6%	100,0%
INFERIDA	Ocor.	28	42	52	26	5	153
	%	18,3%	27,5%	34,0%	17,0%	3,3%	100,0%
GENERICIDADE	Ocor.	3	2	11	11	1	28
	%	10,7%	7,1%	39,3%	39,3%	3,6%	100,0%
PERCEPÇÃO DE EVENTO	Ocor.	14	20	7	7		48
	%	29,2%	41,7%	14,6%	14,6%		100,0%
TOTAL	Ocor.	104	190	149	149	45	637
	%	16,3%	29,8%	23,4%	23,4%	7,1%	100,0%

Em relação à frequência de ocorrência nos agrupamentos de gêneros textuais, a tabela 1 demonstra que os GOR são os que mais apresentam formas de expressão da evidencialidade (com 190 ocorrências). Os GOA e os GOE empatam, em segundo lugar, como os agrupamentos que mais favorecem a manifestação da fonte da informação (com 149 ocorrências cada agrupamento).

⁸ O SPSS apresenta uma ferramenta estatística, denominada qui-quadrado (chi-square), que avalia o grau de relevância das categorias. Para que uma relação seja considerada significativa, o resultado do qui-quadrado deve ser inferior a 0,05 (valor tomado como referência para refutar a possibilidade de hipótese nula). No cruzamento entre tipo de evidencialidade e agrupamento de gêneros textuais, o teste qui-quadrado aponta o valor de ,000 (coeficiente zero). Isso significa dizer que o grau de relação entre essas duas categorias é alto e que os dados não são aleatórios, levando a crer que os resultados são considerados significativos do ponto de vista estatístico (PESSOA, 2011, p. 82-83).

Isso leva a crer que a evidencialidade, como estratégia textual-discursiva, tende a ser mais utilizada quando usamos a linguagem para falar de: (i) experiências humanas vividas, situadas no tempo; (ii) opiniões, valores, julgamentos que temos a respeito do mundo; (iii) saberes que fomos adquirindo no convívio social.

No caso da evidencialidade Reportativa, os três agrupamentos que apresentam mais ocorrências desse tipo de estratégia são, em número decrescente de frequência, os GOR (com 30,9%), os GOE (com 25,7%) e os GOA (com 19,4%).

Nos GOR, a marca Reportativa assume efeitos de sentido ligados às lembranças do Falante, que reporta a “fala” de um terceiro (muitas vezes, alguém pertencente a suas relações interpessoais), com vistas a descomprometer-se com o conteúdo reportado, mostrando-se, ao mesmo tempo, “fidedigno” à fonte da informação. Na ocorrência (1), a seguir, podemos verificar esse tipo de estratégia.

(1): Meu amigo lança fora, alegremente, o jornal que está lendo e diz: – Chega! Houve um desastre de trem na França, um acidente de mina na Inglaterra, um surto de peste na Índia. Você acredita nisso que os jornais dizem? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças? (PBXX2MGOR470).

Nos GOE, a evidencialidade Reportativa assume uma importante função textual-discursiva. Por meio de uma citação, o Falante introduz uma definição, cuja fonte indireta da informação é uma pessoa renomada ou assim considerada na esfera social em que a informação é retransmitida. A ocorrência (2), na sequência, exemplifica essa função.

(2): Mas a serpente primavera ou dragão hermafrodita andino não tem características de um ser oceânico; nas representações de tribos indígenas vizinhas ao Uapés não a encontramos. Assim, entre os Witóto, segundo Wavrin (*Moeurs et coutumes des indiens sauvages*, p. 547), a Kusinamy é identificada como a serpente Boa (PBXX2MGOE574).

Nos GOA, a evidencialidade Reportativa funciona como um tipo de dado (argumento de autoridade), que embasa a argumentação do Falante na sustentação de um ponto de vista. Essa função auxilia, portanto, na construção da orientação argumentativa pretendida pelo Falante, tal como é ilustrado na ocorrência (3) a seguir.

(3): Quem fala a verdade? Os homens que ensinaram a prestar culto às imagens ou Jesus, que disse: “Não farás para ti imagem de escultura nem semelhança alguma do que há em cima do céu ou embaixo da terra. Não te encurvarás a elas nem as servirás” (PBXX2MGOA523).

Nos GON, a evidencialidade Reportativa marca a “heterogeneidade enunciativa” no texto, manifestando, como maior ou menor “fidedignidade”, as “palavras” de outro sujeito, que tem sua “fala” restituída em uma nova situação de enunciação. Na ocorrência (4), a seguir, o Falante “faz o outro falar”, ao “reproduzir” as palavras desse outro definido em seu próprio Ato Discursivo.

(4): Retiram-se a uma parte D. João V e o inquisidor, e este diz, Aquele que além está é frei António de S. José, a quem, falando-lhe eu sobre a tristeza de vossa majestade por lhe não dar filhos a rainha nossa senhora, pedi que encomendasse vossa majestade a Deus para que lhe desse sucessão [...] ele respondeu-me, palavras enfim muito claras, que se vossa majestade promettesse levantar um convento na vila de Mafra, Deus lhe daria sucessão, e tendo declarado isso, calou-se D. Nuno e fez uma aceno ao arábico (PEXX2MGON174).

Nos GOP/I, a regulamentação ou a prescrição de normas sociais são expressas por meio de um item evidencial Reportativo, sendo, em geral, a fonte da informação uma lei ou instituição normativa. A ocorrência (5), adiante, demonstra tal efeito de sentido.

(5): O art. 122 diz que o funcionário perderá o vencimento do dia, se não comparecer ao serviço, salvo por motivo legal ou moléstia comprovada (PBXX2MGOP593).

No caso da evidencialidade Inferida, observamos que os gêneros argumentativos (GOA) são os que mais favorecem o uso desse tipo de evidencialidade em nossa amostra (34,0%). Esse resultado demonstra que a inferência é uma experiência evidencial relacionada à necessidade comunicativa do Falante de sustentar, refutar e negociar tomadas de posição. Revela, ainda, que a inferência, como um processo cognitivo, faz parte da formulação do texto argumentativo, mostrando que o pensamento inferencial está diretamente envolvido com a construção

de conclusões elaboradas a partir de premissas (dados) observáveis na situação de interação ou acumuladas no Componente Conceitual do Falante. Essa formulação favorece, portanto, o desenvolvimento do pensamento lógico, através de operações inferenciais dos produtores textuais, tal como podemos verificar na ocorrência (6) abaixo.

(6): Outra atitude de João Cabral, tida como “cerebral” é a sua obsessão do prosaico, em oposição ao que se convencionou chamar de “poético”. Assim, mais uma vez, a criação cabralina é inquiridora, e parece, a cada passo, fazer a pergunta: o que é poesia? (PBXX2MGOA534).

Em relação aos outros agrupamentos de gêneros textuais, percebemos que os GOR são, após os GOA, os que mais favorecem a utilização de marcas de evidencialidade Inferida (27,5%). Os GON e os GOE apresentam, respectivamente, as frequências de 18,3% e 17,0%, relacionadas a marcas dessa natureza. Por fim, Nos GOP, observamos poucos casos de marcas evidenciais de inferência (apenas 3,3%).

Embora o processo cognitivo envolvido na elaboração da inferência não varie, evidentemente, conforme o gênero, observamos que o efeito pragmático da inferência está ligado à estratégia de linguagem acionada em cada um dos agrupamentos. Assim, nos GOR, a inferência está relacionada à subjetividade do Falante, que, como alguém que vivenciou determinada experiência, infere um Conteúdo Proposicional, muitas vezes, relacionado a seu universo cognitivo. Nos GON, ou seja, no domínio do verossímil, a inferência, como faculdade humana, atribui caráter “humano” ao narrador e/ou às personagens, que, por meio da mimesis, tornam-se “sujeitos” com a capacidade de gerar conhecimento a partir de raciocínio lógico. Nos GOE, a inferência diz respeito ao pensamento dedutivo do Falante, que, como “cientista”, chega a uma conclusão a partir da observação dos fatos. Por fim, nos GOP/I, a estratégia inferencial ocorre quando o Falante, apoiado em uma lei ou em um código, infere um Conteúdo Proposicional, deliberando algo sobre ele. Tais estratégias textuais podem ser ilustradas, respectivamente, nas ocorrências (7), (8), (9) e (10) adiante.

(7): Mais grossa ou mais fina, alta ou baixa, esta música entristecia ao entardecer, e à noite, debaixo das estrelas nítidas, parecia fazer-se mais nítida e mais penetrante (PEXX1MGOR56).

(8): [...] eles restaram cegos (os meninos do Aleixo). Cegos,

sem remissão dum favinho de luz dessa nossa! O senhor imagine: uma escadinha – três meninos e uma menina – todos cegados. Sem remediável. O Aleixo não perdeu o juízo; mas mudou: ah, demudou completo – agora vive da banda de Deus, suando para ser bom e caridoso em todas suas horas da noite e do dia. Parece até que ficou o feliz, que antes não era (PBXX2MGON425).

(9): Mas a síntese que o romance é pode tomar aspectos infinitos, como varia infinitamente o elemento “homem” da contradição. E a “natureza” se apresenta, em cada instante, conforme o aspecto particular da representação em cada homem. E a síntese guardará a marca singular da tese. Isto parece justificar qualquer objecção à limitação do campo e da expressividade do romance (PBXX1MGOE399).

(10): Não me parece exato que os favores indicados nas cláusulas I e II dêse termo de contrato sejam ilegais, visto não cogitar dêles o arti. 7º do Decreto nº 6.161, de 10 de março de 1904, que só se refere à construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (PBXX1MGOP409).

No que diz respeito à estratégia de Genericidade, observamos que seu uso é pouco recorrente nos agrupamentos dos gêneros da ordem do prescrever (com 3,6%), do relatar (com 7,1%) e do narrar (10,7%). Os GOA e os GOE, por outro lado, constituem os agrupamentos mais favoráveis para a expressão desse tipo de estratégia evidencial (empatam com o percentual de 39,3%). Isso sugere que a Genericidade está relacionada à preservação de face na argumentação e na exposição de assuntos. Na argumentação, funciona ao apresentar um argumento como consensual (universal), que não necessita de comprovação imediata. Na exposição, por sua vez, revela um saber que, por ser altamente compartilhado, tem mais valor argumentativo. As ocorrências (11) e (12), respectivamente, exemplificam a Genericidade nesses dois agrupamentos.

(11): Bem sabemos que uma das consequências morais que a guerra desencadeou no mundo foi essa vertigem no egoísmo das classes que parece ter-se apoderado de tudo e de todos e que entre nós está assumindo as trágicas proporções duma verdadeira corrida para o abismo (PEXX1MGOA80).

(12): Estamos cansados de saber, por intermédio dos nossos primeiros compêndios de História do Brasil, que foi a capitania de Duarte a que mais prosperou (PBXX1MGOE394).

No tocante à evidencialidade do tipo Percepção de Evento, os agrupamentos que mais favorecem seu uso são, em ordem decrescente de frequência, os GOR (com 41,7%) e os GON (29,2%). Nos GOA e nos GOE, a Percepção de Evento tem o mesmo percentual (14,6%). Nos GOP, nenhuma ocorrência foi constatada. Isso pode ter relação com o fato de que, na regulamentação ou na prescrição das condutas humanas, a fonte da informação toma a forma de uma lei ou instituição normativa, favorecendo, portanto, a manifestação da evidencialidade Reportativa.

Como a evidencialidade Percepção de Evento relaciona-se à capacidade perceptual humana (de perceber o ambiente e dele derivar conhecimento), é, de certo modo, esperado que esse tipo de estratégia evidencial aconteça, com mais frequência, em gêneros que envolvam a narração de eventos verificados no mundo real (gênero do relatar) ou no universo do verossímil (gênero do narrar). As ocorrências (13) e (14), a seguir, exemplificam, respectivamente, a Percepção de Evento nos GOR e nos GON:

(13): E vi uma população sadia de sangue rico e vermelho, que trabalha a cantar e que baila nos arraiais com verdadeira alegria, pura e fresca como a água das nascentes da Serra (PEXX1MGOR48).

(14): Minha mulher esperava, atrás de mim. Voltei-me e vi-a sorrir entre as lágrimas (PEXX1MGON33).

Considerando o cruzamento entre tipo de fonte e agrupamento de gêneros textuais, notamos que os agrupamentos de gêneros que mais apresentam o Falante como fonte da informação são os da ordem do relatar e do argumentar, que empatam com 30,9%, como podemos verificar na tabela 2 adiante.

Ta

		AGRUPAMENTO DE GÊNEROS					TOTAL	
		GON	GOR	GOA	GOE	GOP		
TIPO DE FONTE DA INFORMAÇÃO	FALANTE	Ocorr.	37	59	59	31	5	191
		%	19,4%	30,9%	30,9%	16,2%	2,6%	100,0%
OUTRO DEFINIDO		Ocorr.	54	121	73	107	38	393
		%	13,7%	30,8%	18,6%	27,2%	9,7%	100,0%
OUTRO INDEFINIDO		Ocorr.	10	8	6		1	25
		%	40,0%	32,0%	24,0%		4,0%	100,0%
GENÉRICO		Ocorr.	3	2	11	11	1	28
		%	10,7%	7,1%	39,3%	39,3%	3,6%	100,0%
TOTAL		Ocorr.	104	190	149	149	45	637
		%	16,3%	29,8%	23,4%	23,4%	7,1%	100,0%

Esse resultado revela que o Falante tende a assumir para si a responsabilidade do conteúdo asseverado quando deseja, pelo discurso, revelar suas experiências perceptuais (GOR), ou provocar, por meio de técnicas discursivas de argumentação, a “adesão dos espíritos” às teses que se apresentam ao assentimento (GOA), tal como podemos verificar, respectivamente, nas ocorrências (15) e (16) a seguir.

(15): Via correr com divina limpidez a água que espriava depois no meio de uma pequena floresta de ervas e avencas e ouvia-a embecendo-me no segredo da sua música, que não era monótona aos meus ouvidos (PEXX1MGOR55).

(16): Parecia-me há dezoito anos, como ainda me parece hoje, que o primeiro educador das classes médias devia ser o próprio governo, não como fundador de escolas, mas, sendo como semeador de bons exemplos (PEXX1MGOE107).

A fonte denominada “outro definido” ocorre com mais frequência nos agrupamentos dos GOR e dos GOE, cada um, respectivamente, com 30,8% e 27,2%. De modo geral, podemos dizer que, ao sustentar sua enunciação em uma fonte do tipo “terceiro definido”, o Falante estabelece um distanciamento em relação ao conteúdo asseverado; ao mesmo tempo, que se mostra “fidedigno” às fontes das informações reportadas. As ocorrências (17) e (18), adiante, ilustram esses efeitos pragmáticos.

(17): É compreensível que, nas terras que a brisa do Brasil beija e balança, um campeão que alcança o segundo lugar seja tratado como o último da fila. “Eu me sentia obrigado a bater meu próprio recorde a cada prova” lembra o ex-nadador Ricardo Padro, recordista mundial da prova dos 400 metros 4 estilos no começo dos anos 80 (PBXX2MGOR449).

(18): Carl Buck ressalva, entretanto, que “há dificuldade em prosseguir esta maneira de ver em detalhe” e prefere aceitar a categoria de gênero como uma tradição histórica, cuja constituição se perde na obscuridade de um remoto passado (Buck, 1942, 170) (PBXX2MGOE561).

No que diz respeito à fonte do tipo “outro indefinido”, os dados

mostram que os agrupamentos de gêneros em que mais acontece esse tipo de fonte são os da ordem do narrar, com 40,0%, e os da ordem do relatar, com 32,0%. Esses percentuais revelam que o uso desse tipo de fonte está ligado aos gêneros narrativos, sobretudo os ficcionais. Nas narrativas ficcionais e nas narrativas pessoais ou jornalísticas, esse tipo de fonte da informação é mais frequentemente utilizado quando a informação não foi confirmada pelo Falante, ou seja, trata-se, por vezes, de um boato, que qualifica a proposição quanto à sua origem incerta ou duvidosa, funcionando, ao mesmo tempo, como uma forma de marcar o descomprometimento do Falante em relação ao valor de verdade da proposição. As ocorrências (19) e (20), a seguir, demonstram esse efeito de sentido relacionado à noção de “boato”.

(19): Olhe: tem uma preta, Maria Leôncia, longe daqui não mora, as rezas dela afamam muita virtude de poder. Pois a ela pago, todo mês – encomenda de rezar por mim um terço, todo santo dia, e, que nos domingos, um rosário [...] já mandei recado para outra, do Vau-Vau, uma Izina Calanga, para vir aqui, ouvi de que reza também com grandes meremerências, vou afectar com ela trato igual (PBXX2MGON433).

(20): Fala-se na publicação de umas memórias. Pensa em divulgá-las? (PBXX2MGOA543).

Por fim, em relação à fonte do tipo “genérico”, observamos que sua maior frequência acontece nos agrupamentos dos gêneros da ordem do argumentar e do expor, empatando com 39,3%. Tal resultado sugere que a fonte desse tipo se presta à argumentação de teses e à exposição de saberes. No caso dos GOA, percebemos que esse tipo de fonte veicula uma informação que, embora de baixo valor informativo, colabora na tentativa do Falante em engajar o Ouvinte em sua argumentação. No caso dos GOE, observamos que seu uso revela uma informação dada; que de tão amplamente compartilhada, não pode ser contestada. As ocorrências (21) e (22), a seguir, exemplificam tais usos.

(21): Que estilo é, num sentido mais puro, o sistema de resistência oposto pelo homem à acção do mundo exterior e, portanto, o feixe de modos que êle tem de se oferecer ao golpe constante e vário da vida, sabê-mo-lo nós bem. Quer isto dizer que em toda a novela, como em toda a obra de arte, deve palpar-se um estilo, estilo que será, em última análise, o modus vital do escritor [...] (PEXX1MGOA91).

(22): Não se estranhará a contradição ou a paródia de Fernando Pessoa na hora exacta em que iniciamos o I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos; porque todos sabemos como ele próprio gostava de praticar e teorizar a contradição e a imitação (PEXX2MGOE243).

Com relação aos expedientes morfossintáticos mais frequentes de manifestação da evidencialidade, verificamos que a Expressão Linguística constitui a forma morfossintática mais recorrente em nossa amostra textual (532 ocorrências – 83,5 %). O Sintagma representa o segundo expediente mais comum de apresentação da fonte da informação (51 casos). A Oração, a justaposição da fonte e a citação acadêmica empatam com 17 ocorrências. A Palavra, por sua vez, apresenta apenas 3 casos em nossa amostra textual.

Independentemente da discussão em torno do fato de a evidencialidade fazer parte do conteúdo principal da proposição ou constituir apenas um comentário a respeito dessa proposição, devemos considerar, segundo Boye e Harder (2009), a noção de escopo como um critério definidor da evidencialidade. Assim, uma marca evidencial deve ter, na sua aplicação, um conteúdo que tem um valor de verdade por si mesmo. Tendo em vista isso, é necessário que o enunciado de natureza evidencial contenha duas unidades linguísticas: uma com a fonte da informação ou o modo de obtenção da informação e outra com o conteúdo asseverado. No plano morfossintático, essa representação semântica se manifesta na forma de uma Expressão Linguística, que pode ser constituída por duas orações sintaticamente independentes ou duas orações sintaticamente dependentes (oração complexa), tal como observamos, respectivamente, nas ocorrências (23) e (24) a seguir.

(23): Olegário: E, além disso, não adianta. Eu sei que nunca ficarei bom. O médico disse (PBXX1MGON306).

(24): Bem sabemos que são duras as condições que a constante alta do preço da vida está impondo a todos (PEXX1MGOA79).

No que diz respeito à posição da marca evidencial no enunciado, a GDF distingue, pelo menos, três posições básicas para os constituintes oracionais: a posição inicial (pI), a posição medial (pM) e a posição final (pF). Consideramos que a posição inicial é ocupada quando a marca evidencial coloca-se anteposta à fonte e ao conteúdo asseverado. A posição medial ocorre quando a marca evidencial se coloca entre a

fonte da informação (explícita) e o conteúdo asseverado. A posição final é ocupada quando a marca que expressa uma estratégia evidencial se pospõe tanto à fonte da informação quanto ao conteúdo asseverado.

Nossa análise revela que há preferência pelas posições inicial (com 51,5% das ocorrências) e medial (com percentual de 40,7%). A posição final, por sua vez, acontece apenas em 33 ocorrências, o que corresponde a 5,2% do total. A ocorrência (25), na sequência, ilustra a posição medial (entre fonte e conteúdo asseverado) do verbo de elocução, marca associada à evidencialidade Reportativa.

(25): Na sua História da literatura espanhola, Godofredo Baist... Diz mesmo que “quando os almôadas forçaram os últimos restos de cristãos à conversão ou à emigração, êles já estavam de há muito, no que respeita ao culto e à legislação, completamente arabizados” (PEXX1MGOE114).

Esse resultado demonstra que há uma tendência para o alinhamento entre as categorias cognitivo-pragmáticas e a codificação morfossintática da evidencialidade, uma vez que a ordenação dos elementos no enunciado evidencial reflete o princípio de Iconicidade relacionado à necessidade comunicativa do Falante de indicar a relação direta entre o conteúdo asseverado e a origem dessa informação (subprincípio da integração).

Considerações finais

A questão central que norteou esta pesquisa diz respeito à existência de uma relação motivada (não arbitrária) entre as formas de manifestação da evidencialidade e os condicionamentos cognitivo-contextuais inerentes aos agrupamentos de gêneros textuais. De modo geral, nossos dados revelam que a expressão da origem da informação não é aleatória, mas, na verdade, está relacionada às estratégias de linguagem envolvidas nos agrupamentos de gêneros textuais. Observamos que as manifestações evidenciais exercem funções textuais ligadas a efeitos pragmáticos que auxiliam na organização dos conteúdos representacionais e interpessoais pretendidos nos diferentes agrupamentos de gêneros textuais.

Referências

AIKHENVALD, A. Y. Evidentiality. New York: Oxford University Press, 2004.

BOYE, K.; HADER, P. Linguistic categories and grammaticalization. *Functions of Language*, Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v.16/1, p. 9–43, 2009.

DIK. C. S. *The Theory of Funcional Grammar*. Vol. 1. Ed by Hengeveld (Kees) Berlin/

New York: Moun-ton de Gruyter, 1997.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Genres et types de discours: considérations psychologiques et ontogénétiques. In: REÜTER, Y (Org.). *Les interactions lecture-écritues*. Berna, Peter Lang, p. 155–173, 1994.

FIGUEIREDO-GOMES, J. B.; PENA-FERREIRA, E. (org.) 2006. *Corpus mínimo de textos da língua portuguesa – COMTELPO*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/PDEE/CAPES. (mimeo).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar. A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.383–400, 2001.

PESSOA, N. P. *Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na gramática discursivo-funcional*. 2011. 221f. Tese (Doutora em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v.12, 1, p.51–97, 1988.

Recebido em: 31 de ago. de 2016.

Aceito em: 15 de jan. de 2017.